

Álcool e direção: fim da impunidade

São frequentes as notícias sobre acidentes de trânsito causados por pessoas que consumiram bebida alcoólica ou drogas e se acharam em condições de dirigir ou pilotar. Tragédias sem cor de pele, faixa etária ou classe social. Na maior parte das vezes, os responsáveis são identificados. Ainda que nem sempre a punição venha com a mesma dureza da dor aplicada às vítimas e seus familiares, a Justiça tem feito a sua parte. No começo de fevereiro, o motorista Gustavo Raupp foi condenado por júri popular pelo atropelamento e morte do jornalista Róger Bittencourt. Além da reclusão, terá que pagar multa de R\$ 50 mil. Poucos dias mais tarde, a Justiça decidiu manter a pena de seis anos em regime fechado para outro motorista. Consta em matéria do Tribunal de Justiça (TJ-SC) que o motorista, completamente embriagado, acessou a BR-101, trecho de Balneário Camboriú, pela contramão. Bateu em dois veículos, matando uma pessoa e ferindo gravemente outras quatro. Ainda na primeira quinzena do mês, outro homem foi condenado por dirigir embriagado e na contramão pela BR-101, só que agora em Santa Rosa do Sul. Ele recebeu pena de nove anos e quatro meses de prisão, em regime fechado, por duplo homicídio doloso. O condenado atingiu a moto de um casal de namorados. O rapaz morreu no local e a moça, que chegou a ser levada ao hospital, morreu pouco depois. Em Brusque, foi negado o Habeas Corpus para um homem que atropelou e feriu com gravidade duas pessoas. Até o julgamento, sua pena preventiva é permanecer em casa à noite e aos finais de semana, mas nem isso ele queria cumprir. “O histórico criminal do réu, com reiteração de condutas semelhantes (embriaguez ao volante), sugere maior cautela do Poder Público”, diz a decisão da desembargadora Cinthia Beatriz Schaefer. Em Curitiba, um homem foi condenado à pena restritiva de liberdade por embriaguez ao volante, desacato e resistência. Ele perdeu o controle do carro, saiu da pista, capotou, rompeu a proteção lateral e caiu no rio. Junto com ele estavam outras três pessoas, mas ninguém morreu. Com a aproximação do carnaval, quando são comuns os excessos, vale lembrar desses casos. Quem sabe assim a vontade de dirigir depois de beber desaparece.

Incentivo com controle



Líder do governo na Assembleia Legislativa, o deputado Coronel Mocellin (PSL) tem feito encontros com todos os representantes do setor produtivo catarinense. Busca uma solução para o impasse do ICMS. Entre os encontros da semana, esteve com o presidente da Fecomércio, Bruno Breithaupt. Para Mocellin, o caminho é um projeto de lei que regulamente a política de isenções fiscais. “O governo não é contra os incentivos fiscais. Sabe da importância deste instrumento para o desenvolvimento de Santa Catarina, para que nossa economia seja competitiva nessa guerra fiscal entre os estados. Mas precisamos dar mais transparência a este processo”, condicionou o parlamentar.

É marketing! Pelo menos é essa a opinião do deputado estadual Kennedy Nunes (PSD) sobre as recentes declarações do governador Carlos Moisés de que poderão faltar recursos para o pagamento de salários e do 13º dos servidores estaduais. Nunes defende que o tom apocalíptico das manifestações não passa de estratégia para que sejam mantidos os decretos que tiram benefícios fiscais de setores e serviços, aumentando a alíquota de ICMS em várias situações. O parlamentar reclamou que Moisés só venha anunciando tragédias, sem encaminhar à Assembleia a proposta de reforma administrativa que vem prometendo desde antes de assumir o governo.

Mensagens anônimas que circulam por *whatsapp* provocaram reação da Casa Militar do governo do Estado. No entanto, a nota assinada pelo secretário executivo, João Carlos Neves Jr, não desmentiu o conteúdo das mensagens, que falam em várias nomeações com características de nepotismo. Até João Carlos Neves Neto, filho do secretário, foi nomeado Assessor Jurídico da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. A nota diz que agora,

depois que a informação viralizou, ele vai encaminhar o pedido de exoneração “para evitar quaisquer mal-entendidos”. Todos os demais cargos citados, envolvendo esposas e esposos, foram tratados na nota da Casa Militar como profissionais técnicos, que “não podem ser prejudicados pelo fato de serem parentes de outros servidores”. A mensagem anônima termina em tom de ameaça. “Isto sem falar das praças, arrebanhadas de diversas unidades operacionais, que fica pra outro dia...” Ou seja, vem mais bomba por aí.

Comemoração na pesca Na edição de sexta-feira (22), a *Coluna Pelo Estado* trouxe uma nota informando que a deputada federal Geovania de Sá (PSDB) buscava acelerar a liberação das carteirinhas e das licenças para os pescadores catarinenses. Pois ela já comemora a publicação, na mesma sexta-feira, da Portaria 24/2019, que deve trazer uma solução para o problema. Sem emissão das carteirinhas e licenças há mais de quatro anos, os pescadores vinham apresentando os protocolos das solicitações feitas para trabalharem legalmente, prática que será aceita até o mês de dezembro.